



Gilmar pede apuração de notícia sobre jantar de assessores

O ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhou uma representação ao procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, para que seja apurada a divulgação de informações pela imprensa que ele afirma serem falsas. Gilmar Mendes reclama da notícia sobre um suposto jantar entre assessores da presidência do STF e advogados do banqueiro Daniel Dantas.

Gilmar Mendes afirma que o jantar nunca aconteceu. Em depoimento prestado à Polícia Federal no inquérito sobre grampos ilegais, o ministro afirma que “tanto no caso da Operação Navalha, quanto na Operação Satiagraha, revela-se o mesmo *modus operandi*. Por um lado, realizam-se escutas e monitoramento do relator dos Habeas Corpus, por outro, divulgam-se para a imprensa falsas notícias e informações, com o propósito de colocar o juiz em situação de descrédito e intimidação”.

O secretário-geral da presidência, Luciano Felício Fuck, e o diretor-geral da secretaria, Alcides Diniz, também encaminharam um requerimento no mesmo teor.

Em julho, a revista *IstoÉ* trouxe a informação de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) gravou em um restaurante de Brasília assessores do ministro Gilmar Mendes em uma reunião com o advogado de Daniel Dantas. Na época, a Abin negou a informação.

A revista disse ainda que, antes de deixar a investigação da Operação Satiagraha, o delegado Protógenes Queiroz entregou ao procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, uma fita com a gravação da reunião. No vídeo, apareceriam dois assessores diretos de Gilmar Mendes, Nélio Machado, advogado de Dantas, e uma mulher não identificada.

O jantar teria acontecido no dia 11 de junho. Na oportunidade, os advogados de Dantas já sabiam que seu cliente era investigado pela Polícia Federal. No Grupo Opportunity corria a informação de que a prisão temporária do banqueiro e de seus sócios poderia ser pedida a qualquer momento pelo delegado Protógenes. No dia do encontro, os advogados de Dantas fizeram o pedido de Habeas Corpus preventivo no Supremo. Alguns blogueiros repercutiram a informação divulgada pela *IstoÉ*.

Na representação à PGR, Gilmar Mendes requer “providências cabíveis para elucidação dos fatos e apuração das responsabilidades administrativas e penais dos eventuais envolvidos no vazamento e divulgação de informações inverídicas, difamantes e injuriosas com a intenção de intimidar e colocar em descrédito este Supremo Tribunal Federal”, afirma Gilmar Mendes na representação.

[Clique aqui](#) para ler a representação assinada por Gilmar Mendes e [aqui](#) para ler a representação dos assessores.

Date Created

01/10/2008